

Artigo

Coragem política na negociação do problema da dívida

Reinaldo Gonçalves *



O governo brasileiro tem uma estratégia claramente definida no que diz respeito à dívida junto aos bancos internacionais? Inicialmente, o governo afirma que vai tratar individualmente com cada banco; depois informa que vai dispensar o comitê assessor; em seguida argumenta que o comitê não é tão ruim assim; depois parece que vai dividir os bancos em vários grupos; e, como última iniciativa, convoca individualmente os 30 maiores credores para uma troca de informações. Isto parece indicar que, de fato, o governo brasileiro não tem nenhuma estratégia definida para enfrentar os bancos internacionais.

Quais seriam as razões básicas que explicariam este fato? Em primeiro lugar, o governo Collor já contava ao assumir com alguma iniciativa do governo dos EUA no sentido de que fossem criadas condições políticas e econômicas mais favoráveis para o enfrentamento do problema da dívida externa da América Latina. A "iniciativa Bush", anunciada em junho passado, foi uma frustração absoluta. Nada de importante no que diz respeito à questão da dívida externa: declarações vazias e um compromisso de levantar um fundo de US\$ 300 milhões para o BID emprestar para toda a América Latina e Caribe (um valor que já seria ridículo, mesmo que fosse só para o Brasil). Além disto, o governo Bush menciona a conversão de empréstimos governo-governo da ordem de US\$ 1 bilhão, para projetos vinculados ao meio ambiente, porém condicionado ao "bom comportamento" do Brasil nas áreas de patentes, liberalização de serviços, investimento externo direto, serviço da dívida etc.

O fato importante a destacar é que os governantes recentemente eleitos na América Latina esperavam que o governo Bush avançasse alguma proposta de maior impacto do que o Plano Brady. Este plano, de fato, criou expectativas irrealistas e, inclusive, significou uma contração ainda maior das atividades dos bancos internacionais na América Latina. A incapacidade política do governo norte-americano de propor um projeto mais conseqüente para o problema da dívida decorre, principalmente, das próprias dificuldades internas dos EUA. Argumenta-se que somente o governo norte-americano poderia fazer com que os seus próprios bancos, que têm empréstimos significativos nos países da América Latina, aceitem as perdas compatíveis com a capacidade de pagamento destes países. Ocorre que a situação econômica e financeira (interna e externa) dos EUA não será muito favorável no futuro próximo e, conseqüentemente, reduz-se tremendamente a margem de manobra do governo Bush no que diz respeito a uma iniciativa séria para o problema da dívida externa dos países da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular.

Em segundo lugar, o governo brasileiro está ciente de que todos os esquemas propostos até agora não representam uma solução para o problema da dívida externa. O caso do México é bastante ilustrativo a este respeito. O México conseguiu, graças às suas relações específicas com o governo norte-americano, uma redução de US\$ 17,5 bilhões sobre o total do serviço da dívida externa no período 1990-1994, isto é, um abatimento médio de 25% no período. Embora isto possa parecer muito significativo, o México ainda vai ter que pagar anualmente cerca de US\$ 10 bilhões correspondentes a este reescalonamento (com redução) da dívida junto aos bancos.

O Brasil, que tem uma dívida junto aos bancos comerciais aproximadamente idêntica à do México, também poderia esperar um desconto médio da ordem de 25%. Ora, isto é pouco se levarmos em conta que os títulos da dívida externa brasileira são vendidos em Nova Iorque com um desconto de 80%. E, mais, um esquema similar ao do México ainda representaria uma saída líquida de recursos extraordinariamente elevada, face às condições do país. Isto é, tanto o equilíbrio orçamentário do governo como o processo de crescimento estariam irremediavelmente comprometidos, mesmo na hipótese otimista de nos beneficiarmos do tratamento "mais favorável" dado ao México.

Ora, o governo sabe disto, e reconhece que a estratégia de "empurrar com a barriga" está se esgotando. O governo brasileiro também sabe que a questão dos instrumentos financeiros e das opções é secundária (existem centenas de propostas!). O fundamental é definir a perda dos bancos, provavelmente, no intervalo 25% a 80%. O que o governo brasileiro está esperando para propor uma solução definitiva e compatível com os interesses nacionais? O governo Collor não teria a disposição ideológica, nem a coragem política para tal iniciativa? Na realidade, o governo Collor tem implementado medidas que levam a uma maior convergência dos interesses "nacionais" com os interesses dos agentes econômicos internacionais. Contudo, uma estratégia (eventualmente) correta na área comercial, tecnológica ou produtiva, não é necessariamente apropriada na área financeira.

A única saída é o governo Collor arranjar a coragem política necessária para escapar da "sabedoria convencional", e avançar uma proposta conseqüente para o problema da dívida externa. (Apesar dos pesares, a reforma monetária exigiu uma grande coragem política.) Ocorre que a situação político-social interna pode ficar insustentável. Isto pode significar que numa situação de "beira de abismo" o governo vai ser obrigado a reagir. Ou será que os estrategistas do atual governo estão esperando até 1993 para "criar" um fato político importante, tendo a questão da dívida externa como eixo central? Afinal, a banca internacional seria um excelente "bode expiatório". O problema é que, às vezes, o tempo político não coincide com o tempo econômico.

* Coordenador do Núcleo de Estudos de Economia Internacional da